

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Franco Pedot Bauer

**HAYDEN WHITE ENTRE MODERNISMO E  
PÓS-MODERNISMO HISTORIOGRÁFICO**

Porto Alegre

2013

Franco Pedot Bauer

**HAYDEN WHITE ENTRE MODERNISMO E  
PÓS-MODERNISMO HISTORIOGRÁFICO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de  
História da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, como requisito parcial  
para obtenção do grau de Licenciado em  
História.

Orientador: Prof. Dr. Temístocles  
Américo Corrêa Cezar.

Porto Alegre

2013

## RESUMO

A intenção deste trabalho é estudar a teoria da história de Hayden White, conforme apresentada nas obras *Metahistória* e *Trópicos do Discurso*, sob duas óticas: a de seus elementos constitutivos e a de sua recepção. Serão apresentados argumentos que pretendem demonstrar a vinculação daqueles a um paradigma historiográfico modernista, e a dessa a um paradigma historiográfico pós-modernista. Se pretende dessa forma conciliar a teoria, considerada no âmbito de sua matriz intelectual, com uma apropriação sua que, em aparente contradição, pretende por sua vez rejeitar esta matriz.

Palavras-chave: Hayden White, modernismo historiográfico, pós-modernismo historiográfico.

## SUMÁRIO

Introdução.....	5
Pós-Modernismo e Modernismo.....	8
Hayden White e o Modernismo.....	22
Hayden White e o Pós-Modernismo.....	34
Referências.....	40

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste num estudo de teoria da história a partir do pensamento de Hayden White. Antes de apresentá-lo enquanto tal, considero necessário justificar minha opção por White como o teórico eleito para mediar minha investigação. A explicação para a escolha é meu julgamento da necessidade, por uma questão de pertinência mínima, de inscrever-me num debate atual, animado por preocupações e desafios do tempo presente e levado a cabo por participantes continua e francamente nele interessados. E sendo esse o caso, não há qualquer dúvida sobre a relevância de White nas discussões correntes sobre teoria da história. De fato, a apreciação de sua produção escrita parece ser mais forte nesse exato momento do que jamais foi. Note-se que as primeiras coletâneas de artigos dedicadas a ele, bem como a primeira monografia publicada a seu respeito, são bastante recentes<sup>1</sup>. O próprio White continua em atividade, tendo publicado sua mais recente coletânea de ensaios em 2010<sup>2</sup>.

Mas não bastaria falar da relevância de White; decerto ele não é o único autor importante em se tratando das discussões atuais sobre teoria da história. Entretanto, ele é, a meu ver, o responsável por impôr aos historiadores os questionamentos hoje mais vitais acerca de sua própria disciplina. Frank Ankersmit, o notório teórico holandês, considera que “a filosofia da história<sup>3</sup>, hoje, é essencialmente o que Hayden White fez dela”<sup>4</sup>. Keith Jenkins, conhecido por ser talvez o mais radical dos teóricos contemporâneos, tem White como sua principal fonte de inspiração<sup>5</sup>. É claro que em temáticas específicas da disciplina, poderia-se argumentar com segurança que outros autores tem peso maior que White. Entretanto, olhando para ela como um todo, a impressão é de que lidar com White tornou-se praticamente uma obrigação. Alan Megill expressa bem tal centralidade. Parafraseando-o: “A obra de White é responsável, hoje, por definir quais são os assuntos em discussão em filosofia da história”<sup>6</sup>. Surge então a questão fulcral: *como lidar com*

---

1 As coletâneas são *Tropes for The Past: Hayden White and the History/Literature Debate* (2006), *Re-Figuring Hayden White* (2009) e *Philosophy of History After Hayden White* (2013). A monografia é a versão revista da tese de doutorado de Herman Paul, *Hayden White* (2011). Ressalte-se dois pontos: um, que o pensamento de White já fora anteriormente tema de dossiês de artigos publicados em periódicos especializados: o *Storia della Storiografia* dedicou-lhe uma edição em 1993 e outra em 1994, e o *History and Theory* uma em 1998; e dois, que estou considerando apenas a literatura em inglês – o próprio Paul identificou duas monografias, uma em italiano e outra em sueco, anteriores à sua.

2 *The Fiction of Narrative: Essays on History, Literature and Theory 1957-2007*.

3 Os termos “filosofia da história” e “teoria da história” são, para efeito deste trabalho, intercambiáveis, na medida em que se entende “filosofia” em seu sentido mais genérico. Nota-se que a bibliografia anglófona emprega “filosofia da história” virtualmente no mesmo sentido em que a lusófona emprega “teoria da história”.

4 Ankersmit, Frank. White's “New Neo-Kantianism”. In: Ankersmit et al (ed.). *Re-figuring Hayden White*, Stanford University Press, 2009, p. 34.

5 Jenkins, Keith. Hayden White and Radical History. In: *ibid.*, p. 121.

6 Megill, Alan. Introduction. In: Domanska, Ewa. *Encounters: Philosophy of History After Postmodernism*. University of Virginia Press, 1998, p. 4.

White? A partir dessa pergunta, apresento agora os traços gerais da pesquisa - os problemas levantados pela leitura da obra do autor e sua relação com o contexto intelectual do presente.

Preciso especificar, é claro, que meu estudo se focou na obra mais conhecida de White, o *Metahistória*<sup>7</sup> – que, note-se, é seu único livro de teoria monográfico, todos os demais sendo coletâneas de ensaios<sup>8</sup>. Por esse caráter, parece sensato que esse deva ser o ponto de partida para qualquer leitura de White. Entende-se, inclusive, que a Introdução deste livro contém a exposição mais familiar de suas ideias, e as análises dos historiadores e filósofos da história do século XIX a demonstração mais exaustiva de sua aplicação. No entanto, lendo outras publicações de White – aqui adicionarei o *Trópicos do Discurso*<sup>9</sup> ao *Metahistória* em minha análise - não é difícil perceber que a teoria inicialmente apresentada no *Metahistória* estende-se, em seu nível mais fundamental, para o restante de seus textos, embora ao longo de sua carreira White tenha se expressado diferentemente sobre um ou outro ponto ou mudado seus objetos preferenciais de análise. Assim, pode-se falar da teoria de Hayden White, no nível mais básico das *questões* que a motivam, como algo relativamente estabilizado, por isso trato dela em bloco e não somente conforme ela se encontra no *Metahistória*, embora seja esse o texto de interesse primário aqui, junto ao *Trópicos do Discurso*.

O problema que me pareceu requerer tratamento surgiu, na realidade, na leitura *sobre* White. Notei uma constante associação dele com a historiografia pós-modernista, tanto por parte de seus apologistas quanto de seus detratores. Para ilustrar, cito, dentre os primeiros, Frank Ankersmit<sup>10</sup>, e dentre os segundos, Momigliano, que atribui a White o epíteto de “guru pós-moderno”<sup>11</sup>. A associação, explícita ou implícita, é recorrente também em artigos de estudiosos menos conhecidos<sup>12</sup>, bem como em manuais de historiografia<sup>13</sup>. Não é necessário fazer uma extensa lista de citações aqui. É suficiente dizer que o apontamento expresso de uma não-vinculação de White ao pós-modernismo por parte de seus leitores é bem mais raro<sup>14</sup> do que o apontamento contrário.

7 White, Hayden. *Metahistory: The Historical Imagination in the 19<sup>th</sup> Century*. John Hopkins University Press, 1975.

8 “Livro de teoria” porque White publicou também alguns livros monográficos de história intelectual (*The Ordeal of Liberal Humanism*, de 1970, é um exemplo), que acabaram, no entanto, quase que completamente ofuscados por sua produção teórica.

9 White, Hayden. *Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism*. John Hopkins University Press, 1978.

10 Parafrazeando-o: “A *Metahistória* de White é a única grande obra abrangente da perspectiva pós-moderna”. Ankersmit, Frank. *Historicismo, Pós-Modernismo e Historiografia*. In: Malerba (org). *A Escrita da História*, Ed. Contexto, 2006, p. 110.

11 Apud Southgate, Beverly. *Postmodernism in History: Fear or Freedom?*, Routledge, 2003, p. 17.

12 Por exemplo: “A exposição mais completa da teoria pós-moderna da história encontra-se nas obras de Hayden White e Frank Ankersmit”. Tholfsen, Trygve. *Postmodern Theory of History: A Critique*. *Memoria y Civilizacion*, v. 2, 1999, p. 205.

13 Por exemplo: Munslow classifica White como “pós-empiricista”, associando-o ao pensamento de Nietzsche e Foucault, dois autores, por sua vez, frequentemente associados ao pós-modernismo. Munslow, Alun. *The Routledge Companion to Historical Studies*, Routledge, 2005, p. 17.

14 Nas leituras para esta pesquisa, o único exemplo que encontrei deste posicionamento foi em Kansteiner, Wulf. *Hayden White's Critique of the Writing of History*. *History and Theory*, v. 32, n. 3, 1993.

Essa vinculação é problemática por duas razões claras. Da primeira nos fala o próprio White: “Gertrude Himmelfarb (...) me ataca por que ela pensa, dentre outras coisas, que eu represento uma concepção pós-moderna de história (...) Linda Hutcheon, que trabalha com isso, sempre insiste que eu sou um modernista – que eu estou preso no modernismo. E eu concordo. Vejo meu próprio projeto como modernista (...) Minha concepção de história tem muito mais em comum com o tipo de estética do sublime derivada do romantismo do que com o pós-modernismo, que eu considero uma coisa bem mais recente (...) eu sou um formalista e um estruturalista”<sup>15</sup>. A maneira como White concebe a si mesmo enquanto teórico está, portanto, em desacordo com a maneira como o fazem a maioria de seus comentadores. Por outro lado, e essa é a segunda razão, a *recepção* de sua teoria representa um momento fundante da historiografia que se entende por pós-moderna. Temos então uma contradição aparente: uma historiografia que se define como pós-modernista e cujo marco teórico maior é uma obra de caráter modernista.

Esse é o problema de que minha pesquisa pretender dar conta. Apresentarei dois argumentos. Primeiro, que não é possível, efetivamente, considerar a teoria de White, em si, como pós-modernista. Segundo, que apesar disso, é possível reconhecê-la, em retrospecto, como definidora do que veio a ser conhecido como historiografia pós-modernista. Para que essas duas linhas de argumentação sejam capazes de resolver a contradição aparente, procederei em três etapas: primeiro, analisarei, a partir de uma discussão específica, os conceitos de modernismo e pós-modernismo historiográfico; segundo, analisarei os elementos que atestam o modernismo da teoria de White conforme apresentada no *Metahistória*; e terceiro, analisarei a apropriação do *Metahistória* na teoria pós-modernista. Será possível, assim, chegar a uma síntese - uma resolução que harmoniza, ao invés de opor, modernismo e pós-modernismo historiográfico, com a teoria de White ocupando uma posição intermediária e conciliadora entre ambos.

Uma nota sobre a terminologia empregada: modernismo/pós-modernismo referem-se à paradigmas intelectuais; moderno/pós-moderno referem-se à distinções temporais. “História” se refere à disciplina acadêmica que se ocupa de estudar o passado humano; “história” se refere aos diversos entendimentos do que seja o objeto desse estudo; “historiografia” se refere ao processo intelectual de pesquisa e escrita envolvido nesse estudo.

“Discurso”, seguindo a definição de Barthes em *O Discurso da História* (citado mais abaixo), é entendido como simplesmente qualquer conjunto de palavras além do nível da frase.

As citações recorrentes dos dois textos-base, *Metahistória* e *Trópicos do Discurso*, não repetem, por conveniência, todas as informações bibliográficas já dispostas nesta introdução.

---

15 White, Hayden. “Hayden White”. In: Domascka, Ewa, op. cit., p. 26-27.

## PÓS-MODERNISMO E MODERNISMO

### I

O termo “pós-modernismo” é fugidio, plástico. É tão ubíquo quanto vago. Que ele não tenha um significado preciso imediatamente claro é revelador da dificuldade de abordar suas complexidades e do que está em jogo quando ele entra em discussão. Se por um lado é possível reconhecer-lhe uma dimensão temporal sem levantar grandes controvérsias<sup>16</sup>, é bastante problemático, por outro, tentar defini-lo no que tange suas implicações para as diferentes áreas de interesse humano no qual ele se manifesta, e que incluem desde as artes plásticas até a filosofia, passando pela literatura, pela arquitetura e pelo cinema. Pode-se dizer assim que ele é um conceito em movimento, em constante redefinição: ainda não é inteiramente possível olhá-lo em retrospectiva.

Essa abertura do conceito de pós-modernismo não tem nada de inocente. Trazê-lo à tona envolve tomar parte num embate que mobiliza entendimentos antinômicos sobre “realidade”, “verdade” e “linguagem”. No campo específico da historiografia, não são muitos os que se auto-identificam como pós-modernistas. Em geral, os que o fazem assumem a responsabilidade de elaborar um projeto vanguardista, que visa romper com modelos teóricos consolidados, oriundos do período moderno ou ainda ligados a ele. Assim, será útil olharmos para o pós-modernismo historiográfico a partir de alguns desses teóricos, o que também nos permitirá formular, com base naquilo que eles rejeitam, um conceito de modernismo historiográfico.

Iniciemos explorando o debate entre Frank Ankersmit e Perez Zagorin no início dos anos 1990<sup>17</sup>, que é revelador de alguns dos contrastes básicos entre o pós-modernismo advogado pelo primeiro e o modernismo defendido pelo segundo. Ankersmit abre sua defesa do pós-modernismo falando sobre o que entendo como um problema a respeito da noção – no jargão Histórico - de fonte histórica. Verificando uma superprodução de literatura Histórica (quer seja, de fontes secundárias) e tomando como exemplo de fonte primária a obra de Hobbes, constata:

“A discussão sobre a obra de Hobbes tornou-se uma discussão sobre a interpretação da obra de Hobbes (...) o texto original de Hobbes perdeu sua

---

16 Tanto David Harvey (em *The Postmodern Condition*) como Fredric Jameson (em *Postmodernism or the Cultural Logic of Late Capitalism*) e Lyotard (*La Condition Postmoderne*) falam, assim, do pós-modernismo como fenômeno cultural típico da sociedade capitalista pós-industrial da segunda metade do século XX.

17 O debate se deu em forma de defesa, réplica e tréplica, em dois volumes da *History and Theory* entre 1989 e 1990. Os três artigos foram traduzidos em português e publicados em 2001 na *Topoi*, conforme as citações seguintes. Para os propósitos desta discussão, me valerei apenas da defesa de Ankersmit e da réplica de Zagorin.

capacidade de funcionar como árbitro dentro da História (...) a situação que Nietzsche temia há mais de cem anos, a situação na qual a historiografia em si impede nossa visão do passado, parece ter se tornado realidade”<sup>18</sup>.

Disso, Ankersmit concluirá que vivemos numa situação paradoxal em que quanto mais poderosa é uma interpretação, mais novas interpretações ela gera: textos multiplicam-se como se tivessem vida própria, nos “roubando” o passado. E a única solução para o paradoxo, dirá, é adotar uma perspectiva pós-modernista, pois na modernista “a forma pela qual justamente a informação mais interessante gera ainda mais informações é, obviamente, incompreensível. Para estes [modernistas], informação significativa é justamente aquela que põe fim à análise”<sup>19</sup>.

O primeiro diagnóstico de Ankersmit, portanto, é de que a situação atual (leia-se, a de vinte e quatro anos atrás) da historiografia requer um novo tratamento da relação entre o passado e a leitura do passado. O primeiro passo, entende-se, é de reconhecer a primazia da interpretação, do texto, sobre o interpretado: “interpretações históricas primeiramente se tornam reconhecíveis, primeiramente adquirem sua identidade, através da comparação com outras interpretações; elas são o que são apenas na base do que não são”<sup>20</sup>.

Não é difícil perceber o teor pós-estruturalista do enunciado de Ankersmit. Se uma interpretação só adquire identidade em relação a outra, e se toda interpretação está sujeita a gerar outras, temos aqui uma cadeia infinita de sentidos postergados bem à maneira de Derrida. Em outras palavras, não há qualquer essência fixa passível de ser encontrada no “lado de fora do texto” (*de-hors texte*). Com Nietzsche e Rorty em mente, Ankersmit deixa bem claro: “A distinção atual entre linguagem e realidade perde, então, sua *raison d'être*. A linguagem científica, particularmente, não é mais um 'espelho da natureza', mas é uma parte do inventário da realidade, tanto quanto os objetos que a ciência estuda”<sup>21</sup>. Podemos falar então que o pós-modernismo de Ankersmit adota, como seu primeiro princípio positivo, aquilo que Rorty define como *textualismo*<sup>22</sup>.

Zagorin vê um erro crítico já no ponto de partida de Ankersmit. Mas antes disso – antes de apresentar qualquer argumento, na verdade – declara seu tom de repúdio:

“A historiografia hoje em dia tornou-se tão pluralista e sujeita a modismos que não devemos nos surpreender ao ver F.R. Ankersmit recomendar (...) aos historiadores adotar a perspectiva pós-moderna como a nova e superior

---

18 Ankersmit, Frank. *Historiografia e Pós-Modernismo*. In: *Topoi*, n.2, v.2, 2001, pp. 113-114.

19 *Ibid*, p. 118.

20 *Ibid*, p. 120.

21 *Ibid*.

22 Rorty, Richard. *Consequences of Pragmatism*. University of Minnesota Press, 1982, p. 139.

forma de compreensão dentro desta disciplina (...) ao abraçar o pós-modernismo, Ankersmit age como um caça-tendências filosófico que está de olho na última novidade”<sup>23</sup>.

Como veremos, o aspecto de “novidade” do pós-modernismo não causa desgosto à toa<sup>24</sup>. Agora, o erro crítico apontado por Zagorin é o seguinte:

“como poderia (...) a condição de superprodução histórica nos roubar ambos o texto e o passado, nos deixando apenas interpretações? (...) hoje em dia, é claro, a literatura sobre Hobbes tornou-se realmente muito vasta. Mesmo assim (...) tanto em textos anteriores quanto nos mais recentes, o relacionamento entre o texto de teoria política de Hobbes e sua interpretação permanece extremamente próximo”<sup>25</sup>.

Para Zagorin, a proliferação de interpretações não é nem algo típico de um tempo especificamente pós-moderno, nem um problema para a historiografia. Trata-se, ele está seguro, de um fenômeno sociológico cujas condições “...como todos sabemos, devem-se à grande expansão do ensino superior e das universidades no pós-guerra, somadas à necessidade de trabalhos publicados que é imposta aos intelectuais como pré-requisito para o avanço em suas carreiras”<sup>26</sup>. Há dois problemas com tal avaliação: primeiro, que ao se referir às condições sociais do pós-guerra, Zagorin está situando o fenômeno da proliferação bibliográfica exatamente no mesmo período temporal indicado por Ankersmit. Mais sério que isso, ele não reconhece que a multiplicação de interpretações não possui apenas uma dimensão diacrônica: “a crença de Derrida de que os sentidos textuais se proliferam incessantemente, é importante notar, não é uma afirmação sociológica, mas sim filosófica”<sup>27</sup>. Se acerto em identificar a presença de Derrida por trás do argumento da proliferação de Ankersmit, então o erro crítico é cometido, na verdade, por Zagorin. Pois embora aquele afirme que a situação era diferente há vinte anos atrás (em 1969, no caso), seu argumento não se refere a um mero fato sociológico, como quer Zagorin, mas ao advento de uma nova consciência filosófica – a situação seria diferente, então, não exatamente porque o número de interpretações era menor, mas porque os historiadores ainda não haviam tomado consciência da dimensão sincrônica da multiplicação interminável de interpretações.

---

23 Zagorin, Perez. História e Pós-Modernismo: Reconsiderações. In: *Topoi*, n.2, v. 2., 2001, p. 137-138.

24 Ver p. 14.

25 Ibid, p. 142.

26 Ibid., p 141.

27 Cornell, Saul. Splitting the Difference: Textualism, Contextualism and Post-Modern History. *American Studies*, v. 36, 1995, p. 58.

Zagorin representa a visão modernista de que há algo *por trás* das fontes primárias: alguma essência, alguma realidade histórica que pode ser, ao menos em alguma medida, revelada pelo historiador e servir-lhe de parâmetro de verdade: “a interpretação não eclipsa o passado; este último, então, é que funciona como um teste crucial da validade da primeira”<sup>28</sup>. Esse essencialismo, tão caro à História convencional, é posto em xeque pelo pós-modernismo:

“O historiador modernista segue uma linha de raciocínio que parte de suas fontes e evidências até a descoberta de uma realidade histórica escondida por trás destas fontes. De outra forma, sob o olhar pós-modernista, as evidências não apontam para o passado, mas assim para interpretações do passado; pois é para tanto que de fato usamos essas evidências”<sup>29</sup>.

Podemos apontar agora que, além de textualista e antiessencialista, o pós-modernismo defendido por Ankersmit é *nominalista*: não existe nada no passado que, corresponda, por exemplo, à “Antiguidade”. O que existe em comum, por exemplo, entre várias interpretações de “Antiguidade” é apenas o fato de que elas utilizam o mesmo termo “Antiguidade”.

Esse abandono da “essência do passado” aponta para outra característica do projeto historiográfico pós-modernista: a “fragmentação” do passado, a destruição das metanarrativas que, pretendendo encontrar uma explicação unívoca para a história, necessariamente supunham alguma essência que pudesse governá-la:

“os historiadores vinham buscando algo que pudessem rotular como a essência do passado – o princípio que regia a totalidade das coisas no passado (ou durante parte dele) e baseado no qual, conseqüentemente, tudo poderia ser compreendido (...) a ideia de progresso, a fé cega no progresso da ciência e nas benesses que esta deveria acarretar, sempre foram a 'metanarrativa', usando a terminologia de Lyotard, através da qual não somente a historiografia como também outros aspectos fundamentais da civilização foram legitimados”<sup>30</sup>.

Esse é um aspecto particularmente importante do pós-modernismo. Lyotard, não por acaso invocado por Ankersmit, fala da “deslegitimação” dos *grands récits*, que perderam sua

---

28 Zagorin, *ibid.*, p. 143.

29 Ankersmit, *ibid.*, p. 124.

30 *Ibid.*, p. 127.

credibilidade, fossem eles especulativos (metafísicos) ou emancipatórios (políticos)<sup>31</sup>. O historiador pós-modernista não crê mais na possibilidade de síntese do “todo” histórico; sua atenção volta-se para as “migalhas” da história. Foucault, analisando o conceito de genealogia de Nietzsche, sem dúvida tem algo a dizer a respeito:

“a genealogia não pretende recuar no tempo para restabelecer uma grande continuidade para além do esquecimento; sua tarefa não é a de mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente, animando-o ainda em segredo, depois de ter imposto a todos os obstáculos do percurso uma forma delineada desde o início. Nada que se assemelhasse à evolução de uma espécie, ao destino de um povo. Seguir o filão complexo da proveniência (*Herkunft*) é, ao contrário, manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios (...) é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente”<sup>32</sup>.

Ankersmit expõe a mesma ideia através de uma metáfora botânica: fala da visão da historiografia tradicional de um “tronco” que deveria ser estudado para se chegar a uma compreensão das folhas; na historiografia pós-modernista, as folhas se desprenderam da árvore (à qual estão apenas muito frouxamente ligadas), foram varridas pelo vento e resta à historiografia apenas recolhê-las e estudá-las independentemente de suas origens<sup>33</sup>. A consequência deste “outono” da historiografia é uma inversão total de paradigma:

“No olhar pós-moderno, o foco não está mais no passado em si, mas na incongruência entre o passado e o presente, entre a linguagem que usamos para falar do passado e o passado em si. Isso explica a atenção (...) a tudo que é sem significado e irrelevante exatamente para o ponto de vista da historiografia científica. Pois esses eventos incongruentes fazem justiça à incongruência da linguagem do historiador em sua relação com o passado”<sup>34</sup>.

Zagorin não está preparado para aceitar as consequências do projeto de Ankersmit. Refutando a textualidade e o nominalismo deste, expressa a relação pouco problemática que os modernistas tem com a linguagem:

---

31 Lyotard, Jean-François. *A Condição Pós-Moderna*. José Olympio Editora, 1988, p. 49 e ss.

32 Foucault, Michael. *Microfísica do Poder*, Editora Graal, 1979, p. 14.

33 Ankersmit, *ibid.*, p. 129.

34 *Ibid.*, p. 132.

“Na historiografia, uma tentativa da linguagem de chamar a atenção para si mesma seria considerada altamente inadequada e uma quebra evidente das regras da escrita histórica. Dentro da história, a linguagem está subordinada ao esforço do historiador de transmitir da forma mais clara, ampla e sensível a compreensão ou o entendimento de algo do passado (...) O significado característico que a história se atribui é, portanto, totalmente dependente de sua alegação de veracidade. Mesmo que um texto histórico contenha muitas alegações e colocações errôneas e que proponha interpretações discutíveis baseadas em considerações muito complexas sobre as evidências, a veracidade, em seu sentido mais amplo, é normalmente tomada como um de seus princípios reguladores mais básicos”<sup>35</sup>.

## II

Uma das principais diferenças entre a argumentação de Ankersmit e a de Zagorin está nas justificativas que cada um usa para seus arrazoados. Podemos qualificar o primeiro como “vanguardista” e o segundo como “conservador”. Aquele fala da necessidade de se pensar no futuro da historiografia e das transformações pelas quais ela deve passar. Em duas passagens ele se refere especificamente a isso: “Este não é somente um insight sobre o que efetivamente acontece, mas também um insight sobre o que se debruçar no futuro”<sup>36</sup> e “Como venho sugerindo, existe razão para assumirmos que o nosso insight sobre o passado e nossa relação com ele serão, no futuro, de natureza metafórica e não literal”<sup>37</sup>. “Futuro” aparece duas vezes na argumentação de Zagorin, primeiro para se referir justamente ao vanguardismo de Ankersmit (“Ele vem sublinhando a importância revolucionária do pensamento de White quanto à primazia, no pensamento histórico, dos tropos literários e de estruturas verbais, considerando-o como a onda do futuro”<sup>38</sup>) e depois como um apelo retórico: “o pós-moderno representa a negação desta obrigação, responsabilidade cultural maior da historiografia, que permanece indispensável neste mundo que se move cada vez mais rápido para o futuro”<sup>39</sup>. Mas seu apelo maior, antes, é ao estabelecimento da historiografia profissional: “O que se destaca neste conceito pós-moderno da historiografia de Ankersmit é a sua superficialidade e sua distância da prática histórica ou da maneira pela qual os historiadores

---

35 Zagorin, *ibid.*, p. 147-148.

36 Ankersmit, *ibid.*, p. 124.

37 *Ibid.*, p. 132.

38 Zagorin, *ibid.*, p. 137.

39 *Ibid.*, p. 151.

geralmente pensam sobre seu trabalho”<sup>40</sup>, “Tenho certeza que a maioria dos historiadores concordaria com esta [minha] opinião”<sup>41</sup>, “...eu me atreveria a dizer que poucos historiadores concordariam com a transformação, proposta por Ankersmit, da historiografia em categoria estética”<sup>42</sup>, “Ela [essa alegação pós-modernista extrema] certamente contrapõe-se a algumas das convicções e intuições mais fortes dos historiadores a respeito de sua disciplina”<sup>43</sup>, “não é necessário dizer que poucos historiadores apoiariam essa fórmula para um novo antiquarismo que surge de uma concepção trivializada, cansada e derrotista de pesquisa histórica”<sup>44</sup>.

Percebemos, dessa maneira, que o projeto de historiografia pós-modernista é um *desafio* às formas estabelecidas de historiografia: ele está na contracorrente, como o tipo de apelo à autoridade de Zagorin deixa claro, das formas estabelecidas de historiografia. A réplica de Zagorin já nos indicou alguns dos pressupostos destas várias formas que podem ser genericamente ditas “modernistas”: o essencialismo, a veracidade como parâmetro interpretativo e a submissão da linguagem à função de transmissão dos resultados da pesquisa empírica. Será lícito, agora, nuançarmos estas formas estabelecidas, a fim de clarificar a oposição do pós-modernismo a elas.

Quando falamos em *estabelecimento*, é certo que estamos pensando no que chamo aqui de História – a disciplina academicamente institucionalizada dedicada ao estudo da história. Devemos estar lembrados de que, até o começo do século XIX, a história não fora matéria de estudo formal nas universidades. As primeiras cátedras de história surgiram em Berlim, em 1810, e em Paris, em 1812<sup>45</sup>. Foi durante essas primeiras décadas de existência de uma historiografia profissional que, segundo White, foram produzidas as obras que até hoje servem como modelos da historiografia moderna. Nesse contexto, nos interessa particularmente a figura de Leopold von Ranke, o representante paradigmático da historiografia acadêmica<sup>46</sup>. Assim como os outros três mestres da historiografia moderna identificados por White – Michelet, Tocqueville e Burckhardt – Ranke acreditava que “a verdadeira história deveria ser escrita sem preconceções, objetivamente, partindo de um interesse nos fatos do passado por si próprios, sem qualquer disposição apriorística a organizar os fatos em sistemas formais”<sup>47</sup>. Lendo essa passagem, somos imediatamente tentados a evocar a famosa epígrafe de Ranke: “À História foi designada a incumbência de julgar o passado a fim de instruir o mundo contemporâneo para proveito do futuro; o presente trabalho não se sujeita a

---

40 Ibid., p. 141.

41 Ibid., p. 142.

42 Ibid., p. 146.

43 Ibid., p. 147.

44 Ibid., p. 149.

45 Metahistória, p. 136.

46 Ibid., p. 140.

47 Ibid., p. 142.

tais altas incumbências; ele pretende apenas mostra-lo como ele realmente foi”<sup>48</sup>. Talvez a palavra mais adequada para denominar a abordagem de Ranke seja “modéstia”. É claro, como qualquer análise de sua obra demonstra, a aparente simplicidade de seu método é cavilosa. Mas a *intenção* de “mostrar o passado como ele realmente foi” nos permite falar de um *realismo histórico* que é um pressuposto básico da historiografia modernista. Ela supõe que o passado é real e que portanto é possível tratá-lo realisticamente, ainda que não creia em um realismo “doutrinário” (tal White o chama) como o de Ranke. Com efeito, a pressuposição de que o passado é real e que portanto a História, que “mostra” esse passado, é pelo menos em alguma medida realista é tão prevalente no senso comum que parece quase banal apontá-la. É necessário um enorme esforço da imaginação para supor, com Russell, que “não há impossibilidade lógica na hipótese de que o mundo surgiu cinco minutos atrás, exatamente do jeito que ele estava [há cinco minutos atrás], com uma população 'se lembrando' de um passado completamente irreal”<sup>49</sup>. Negar que o passado realmente existiu, de fato, parece absurdo até para a mais extremista das teorias historiográficas.

Assumamos então que a historiografia é universalmente realista. Para falar do realismo específico da historiografia modernista, precisamos recolocar o problema em termos de *referencialidade*. Podemos definir “referência” simplesmente como a relação entre um nome e algo que é nomeado<sup>50</sup>. Na historiografia, o problema da referência está, de início, em saber qual é o referente de diferentes categorias de “nomes” usados num texto histórico. Se lermos, por exemplo, a seguinte frase: “Luís XIV nasceu em 1638”, verificamos que trata-se de um enunciado individual que faz referência a um fato simples, sem criar grandes problemas para a compreensão. Esta frase pode ser proferida exatamente da mesma forma desde 1638 e seu referente é sempre o mesmo - a pessoa conhecida como “Luís XIV”, de quem se sabe ter nascido neste ano. Agora, tomemos um nome como “Absolutismo”. Nesse caso, a atribuição de um referente é mais difícil. Conquanto a frase sobre Luís XIV seja uma mera constatação de um fato que ocorreu no passado, qualquer frase que afirme algo sobre “Absolutismo” envolve uma construção conceitual da qual não se pode dizer que tenha “ocorrido” no passado da mesma maneira que o fato simples. Em outras palavras, alguém pode ter testemunhado o nascimento de Luís XIV, quer seja, literalmente visto este momento específico (o bebê vindo à luz); mas se dissermos que alguém “testemunhou” o Absolutismo, não é possível conceber que alguém literalmente “viu” o Absolutismo. Outra diferença é que não há razões para a afirmação sobre o nascimento de Luís XIV variar no tempo nem no espaço – a descrição de um fato simples como esse é semanticamente estável. Já afirmações sobre o

48 Apud Fulbrook, Mary. *Historical Theory*. Routledge, 2002, p. 13. Originalmente em Ranke, Leopold Von. *Geschichten der romanische und latinischen Völke von 1494 zu 1514*, 1824.

49 Apud Murphey, Murrey. Realism About the Past. In: Tucker, Aviezer (ed). *A Companion to the Philosophy of History and Historiography*. Blackwell, 2009, p. 181.

50 Blackburn, Simon. *Oxford Dictionary of Philosophy*. Oxford University Press, 1994.

Absolutismo podem variar no tempo e no espaço de acordo com diferenças de construção conceitual<sup>51</sup>.

O caso com a historiografia modernista é que ela assume uma referencialidade que podemos chamar de “forte”, quer seja, ela encontra correspondência no passado tanto para seus enunciados individuais quanto para suas construções conceituais. Para tornar a questão mais clara, vejamos a maneira como Munslow distingue as duas variedades principais da historiografia modernista<sup>52</sup>. Ele as chama de “reconstrucionista” e “construcionista”. Como exemplos da primeira, Munslow cita os historiadores Geoffrey Elton e Arthur Marwick. Constatamos que, segundo a descrição do autor, a concepção historiográfica dos dois não está muito distante daquela de Ranke:

“Elton e Marwick estão entre os mais veementes defensores da abordagem modernista 'artesanal' do estudo da história, sustentando a ideia de que a história *ainda* consiste na investigação objetiva das fontes, na reconstrução do passado tal como ele realmente foi e na imunidade de todo esse processo à contaminação ideológica e/ou ao apriorismo linguístico”<sup>53</sup>.

O historiador “artífice”, em sua “modéstia” empírica, não tem teoria nem subjetividade; ele “apenas” busca a verdade nas fontes e depois a comunica através de um texto que lhe corresponde perfeitamente. Para tornar a inspiração rankeana completa, Munslow observa que Elton acredita que o passado não pode ser visto a partir de nenhuma perspectiva do presente, que o único compromisso da História é com o próprio passado e que ela não tem nada a dizer sobre os tempos atuais. O único objetivo do historiador é descobrir a verdade sobre o passado e é apenas na prática de seu “artesanato” que ele pode refinar sua habilidade e aproximar-se de seu propósito<sup>54</sup>. Ademais, a metodologia do reconstrucionismo seria suficiente para garantir a autonomia disciplinar da História, que poderia dispensar qualquer contato com outras disciplinas. Agora, se o “reconstrucionismo” que remete a Ranke é o “modelo de inspiração da historiografia acadêmica”, na prática a grande maioria dos historiadores, para Munslow, é “construcionista”. Para esses, “a história só é capaz de explicar o passado quando as evidências são colocadas contra um pano-de-fundo explicativo que permita estimar regras gerais da ação humana (...) de forma que eventos singulares possam ser vistos como componentes de um padrão discernível”<sup>55</sup>. O construcionismo seria fruto da dissatisfação com as

---

51 A diferença entre enunciados individuais e construções conceituais na historiografia é abordada de maneira bastante complexa em várias obras de Ankersmit, particularmente *Narrative Logic* (1983). “Substância narrativa” é o termo usado por ele para denominar o que chamei de “construção conceitual”.

52 Munslow, Alun. *Deconstructing History*. Routledge, 1997, p. 20 e ss.

53 *Ibid.*, p. 20.

54 *Ibid.*, p. 22-23.

55 *Ibid.*, p. 24.

limitações do empiricismo estrito do reconstrucionismo; teria começado com Marx, Comte e Spencer e se difundido amplamente no século XX, manifestando-se, por exemplo, na longa tradição da escola dos *Annales* e no “marxismo cultural” britânico (de E.P. Thompson, por exemplo). O construcionismo não abandona a importância atribuída pelo reconstrucionismo às fontes; mas acrescenta à historiografia uma consciência teórica, um reconhecimento da presença inextricável da subjetividade e dos condicionamentos socioculturais presentes do historiador no processo de construção do conhecimento histórico, além de, com frequência, assumir um compromisso político ostensivo. Para o construcionismo, no entanto, nada disso diminui o valor de sua perspectiva historiográfica<sup>56</sup>.

Sem entrar no mérito da classificação – talvez excessivamente simplista – de Munslow, podemos agora arguir que a referencialidade “forte” é o que une reconstrucionismo e construcionismo sob o paradigma modernista. É isso que permite a ambos arvorar-se de certa “cientificidade”. Tanto o empiricismo estrito quanto o empiricismo teoricamente mediado, não obstante suas enormes diferenças, creem-se capazes de *acessar*, em menor ou maior grau, o passado real. Mesmo do ponto de vista mais sofisticado dos construcionistas, depois de todo o processo, que envolve análise, inferências – tanto indutivas quanto dedutivas – interpretações segundo parâmetros nunca totalmente imparciais nem objetivos, e enfim a produção de uma narrativa escrita, o resultado ainda é algo que veridicamente se refere ao passado. De fato, na intenção de aproximar-se o máximo possível do passado real, não há diferença entre nenhuma espécie de historiografia modernista. É precisamente nesse ponto que devemos procurar a grande divergência ontológica e epistemológica da historiografia pós-modernista em relação à modernista.

Lembremo-nos de Ankersmit e de suas asserções sobre como as fontes não apontam para o passado, mas para interpretações do passado, e de como linguagem e realidade não se distinguem. Podemos agora, bem expostos os pressupostos comuns do modernismo historiográfico e apresentado o problema da referencialidade, explorar melhor esse argumento. Para isso, devemos olhar para a influência decisiva de teorias advindas da crítica literária sobre a historiografia pós-modernista<sup>57</sup>.

Em *O Discurso da História*<sup>58</sup>, Roland Barthes emprega as categorias da linguística de Saussure<sup>59</sup> para analisar a escrita dos historiadores. O *signo de* Saussure é constituído pelo *significante* – a forma material do signo, como a palavra (escrita ou falada) “livro”, por exemplo – e

---

56 Ibid., p. 26.

57 “A historiografia pós-modernista se apoia – com frequência se inspira – em outras disciplinas, em particular a crítica literária”. Himmelfarb, Gertrude. *The New History and the Old*. Harvard University Press, 2004, p. 26.

58 Barthes, Roland. *The Discourse of History*. In: *The Rustle of Language*. University of California Press, 1986. Traduzido do original *Le Discours de L'Histoire* (1967).

59 Originalmente expostas na obra seminal *Cours de Linguistique Générale* (1916).

pelo *significado* – o conteúdo abstrato que é evocado pela forma material. Nesse exemplo, o significante "livro" evocaria uma *ideia* de "livro" - um objeto ao qual associamos certas características, como ter um certo número de páginas, tratar de um certo tema, ter um autor, etc. Fundamental aqui é que, para Saussure (e para Barthes) o signo *não* faz referência direta à realidade concreta – o referente é "suspenso"<sup>60</sup>. Com base nessas noções, Barthes afirma:

“o discurso histórico pressupõe, pode-se dizer, uma dupla operação, extremamente complexa. Numa primeira fase (...) o referente é separado do discurso, torna-se exterior a ele, o fundamenta, supostamente o governa: essa é a fase das *res gestae*, e o discurso afirma simplesmente ser *historia rerum gestarum*: mas numa segunda fase, é o próprio significado que é rejeitado, dissolvido no referente; e o referente entra em relação direta com o significante, e o discurso, que pretende apenas expressar o real, crê elidir a expressão fundamental das estruturas imaginárias, que é o significado. Como qualquer discurso com pretensões 'realistas', o discurso da história acredita portanto conhecer um esquema semântico de dois termos, referente e significado; a fusão (ilusória) de referente e significado define, como sabemos, discursos *auto-referenciais* (...) em outras palavras, na história 'objetiva', o 'real' nunca é senão um significado não-formulado, abrigado detrás da onipotência aparente do referente. Essa situação define o que podemos chamar de *efeito de realidade*”<sup>61</sup>.

Fica claro agora o que Ankersmit quer dizer quando fala da indistinção entre linguagem e realidade. Pois a “realidade” não passa de um significado – uma estrutura imaginária que só existe linguisticamente. Não há dúvidas de que houve um passado - mas não é dele que o discurso histórico fala; o realismo histórico não é possível. A historiografia modernista pretende falar dele – mas o confunde com o significado. A pós-modernista reconhece que só é possível falar de significados; que o referente, apesar de não ser irreal, “suspende-se”. Assim, do ponto de vista ontológico, a historiografia pós-modernista é *anti-referencial*; e do epistemológico, ela é *auto-referencial*: o discurso da história fala apenas de si mesmo - significantes falam de significados contidos num mesmo signo.

Podemos ver as ideias de Barthes claramente expressas num projeto de “*historia radical*” formulado recentemente por Keith Jenkins<sup>62</sup>. Anunciando-se como pós-modernista e clamando por

60 As explanações acerca da linguística de Saussure (a que ainda voltarei) são adaptadas de Chandler, Daniel. *Semiotics: The Basics*. Routledge, 2004.

61 Barthes, *ibid.*, p. 139.

62 Jenkins, Keith. *Radical History and Hayden White*. In: Ankersmit et al (ed.). *Re-Figuring Hayden White*, Stanford

uma adesão de todos os historiadores ao pós-modernismo, ele procura demonstrar que os pressupostos da historiografia modernista são insustentáveis. No tocante ao problema da referencialidade, diz:

“O referente dos historiadores é senão o produto de suas inferências, baseado em sua condição existencial, seus interesses atuais e antigos na disciplina, seus modos de prefiguração (...) os quais, em interconexões jamais estáveis, fazem com que os vestígios que eles encontram/produzem sejam ativados como fontes e daí como evidências para quaisquer argumentos que eles estejam tentando provar (...) com base nisso, eles então inferem um passado que agora se ajusta aos seus dados, ao seu posicionamento, às suas inferências”<sup>63</sup>.

Temos aqui o *insight* de que primeiro vem o historiador, só depois a história. Poderíamos ler isso da seguinte maneira: o historiador não encontra, não descobre nada “na” história; ele se motiva ou é motivado, por qualquer razão que seja, a criar uma história e “encontra” os materiais para sua criação. Percebemos que a forma desse processo não é muito diferente daquela em que autor de ficção, por exemplo, deseja escrever um conto e busca seu material em jornais, relatos orais, etc.

O fato de que a teoria literária tenha grande peso na historiografia pós-modernista também nos fala sobre a resistência dos modernistas em aceitá-la. Para Breisach, a rejeição daquela por parte destes se explica não só por uma certa aversão à teoria – no sentido em que o excesso de reflexão afastaria o historiador da prática Histórica – mas também, e mais significativamente, por uma suspeita em relação a disciplinas em que o pós-modernismo é mais prevalente, como a já mencionada teoria literária e também a filosofia<sup>64</sup>.

É nesse ponto que devemos voltar a Zagorin e considerar o sentido de seu apelo ao estabelecimento da historiografia acadêmica profissional. Falamos antes de um certo conservadorismo da historiografia modernista. Como já deve estar claro, ele se deve às suas raízes no século XIX e à percepção de uma certa autonomia que, baseada nisso, a História poderia arrogar-se. Torna-se evidente, então, que o “perigo” pós-modernista se manifesta tanto numa ameaça à uma tradição estabelecida quanto à uma transdisciplinarização da História, cujo aspecto mais “grave” é a origem extra-Histórica dos pressupostos mais básicos do pós-modernismo. É justamente Saussure o precursor formal da tese da insubordinação da linguagem à realidade, com sua “suspensão” do referente externo ao sistema de signos. Em outras palavras, é em sua obra que

---

University Press, 2009.

63 Ibid., p. 114.

64 Breisach, Ernst. *On The Future of History*. University of Chicago Press, 2003, p. 7.

encontramos as origens da hoje chamada “virada linguística”<sup>65</sup>. E é a partir daí que podemos falar de uma epistemologia textualista, que reconhece que o passado que efetivamente conhecemos só pode existir linguisticamente e passa a considerar a busca objetiva pela verdade como apenas outro mito da civilização ocidental – que só se presta, então, a ser desconstruído. No que concerne especificamente à filosofia (que, note-se, aproximou-se ela mesma da teoria literária no século XX), o pós-modernismo se alimenta de uma tradição que remete a Nietzsche, e que foi perpetuada, em linhas nem sempre contínuas, por Heidegger, Derrida e Foucault. O que nos permite falar de uma “tradição” nesse caso é o desejo comum de romper com o primado da razão, tão cara ao ocidente, e transcendê-lo radicalmente. Assim, Nietzsche, talvez o primeiro pós-modernista *avant la lettre*,

“queixou-se da perda, na cultura ocidental, do contato direto e imediato com a vida, atribuindo a culpa à separação estrita entre sujeito e objeto, o desejo de objetividade e a dependência em fatos supostamente objetivos (...) de agora em diante, isso tudo deveria ser visto não como condição para a verdade, mas como barreira para uma compreensão plena da vida – presente e passada (...) a verdade histórica deveria se validar apenas na *praxis* da vida e não na correspondência de enunciados à vida passada”<sup>66</sup>.

O desejo de se situar completamente no presente – atender a demandas urgentes do presente – é finalmente a última característica marcante da historiografia pós-modernista a ser destacada. É claro que, num sentido bastante trivial, qualquer historiador sempre lida com problemas do presente pelo mero fato de viver, necessariamente, no presente. Mas o viver no presente do pós-modernista adquire um sentido renovado: apenas o presente lhe interessa; ele assume um compromisso ético com seus contemporâneos bem expresso por Jenkins: “historiadores radicais não trabalham em nome de pessoas que viveram no passado: eles trabalham para nós”<sup>67</sup>. Pode-se falar assim num certo otimismo dos historiadores pós-modernistas; numa certa esperança mantida por eles de que a História possa vir a participar de uma maneira muito (mais) profunda na melhoria da vida humana.

Essa dimensão ética – a resposta da História pós-modernista para a pergunta “como o historiador deve agir diante do mundo?” - é no entanto seu ponto mais frágil. O projeto historiográfico pós-modernista parte de uma rejeição de quase tudo que o antecedeu, e não há modelos que o sirvam de exemplo. Ele vem sendo muito mais bem-sucedido em desconstruir do que em construir; ele é forte em sua destabilização dos “centros” estabelecidos, mas tímido em

---

65 Ibid., p. 62.

66 Ibid., p. 64.

67 Jenkins, *ibid.*, p. 111.

oferecer alternativas efetivamente capazes de substituí-los – ou, pelo menos, de removê-los por completo e justificar sua ausência. Lemon aponta, nesse sentido, para o fato de que historiadores pós-modernistas se ocupam quase unicamente com reflexão teórica ou com a crítica da produção de outros historiadores<sup>68</sup>. Nesse caso, a oposição à transdisciplinarização da História ganha substância; conforme observa Attila Marcelino em sua crítica a Ankersmit, a apropriação de filósofos como Derrida e Gadamer com vistas à fundamentação de uma nova historiografia é “curiosa”, uma vez que a historiografia passa ao largo das discussões centrais dos mesmos<sup>69</sup>.

---

68 Lemon, M.C. *Philosophy of History*. Routledge, 2003, pp. 375-376.

69 Atilla, Douglas Marcelino. A Narrativa Histórica entre a Vida e o Texto. *Topoi*, n. 25, v. 13, 2012, p. 137.

## HAYDEN WHITE E O MODERNISMO

Agora apresentarei meu argumento de que os elementos constitutivos do Metahistória são oriundos do paradigma modernista. Embora muitas dos autores que tenham informado a teoria de White tenham também sido importantes para o pós-modernismo, veremos que ela remete, em última instância, ao pensamento modernista, com todos os seus pressupostos já explicitados.

Será proveitoso, antes de entrarmos nos detalhes teóricos, começarmos com uma breve exposição da trajetória pessoal e acadêmica de Hayden White. Será possível, assim, compreender melhor as razões por trás da teoria apresentada no Metahistória.

Nascido e criado no seio da classe operária norte-americana durante a Grande Depressão, White desenvolveu um interesse pela história e pelo estudo da sociedade em geral ainda bastante cedo, sob forte influência da atuação sindical de seu pai<sup>70</sup>. Cumpriu serviço militar no final da Segunda Guerra Mundial, o que lhe permitiu ter sua formação universitária custeada pela GI Bill. Desde então, concentrando-se em estudos de história e literatura, já se considerava um marxista<sup>71</sup>. Durante a graduação, White encontrou uma inspiração determinante na figura do professor William J. Bossenbrook, “capaz de fazer da História algo não somente estimulante, mas intelectualmente desafiador”<sup>72</sup>. Bossenbrook possuía uma ampla cultura filosófica e, conforme Domanska, foi o responsável por introduzir White a luminários como Hegel, Kant, Collingwood, Croce e Vico, e por fazer despertar nele um interesse pela reflexão sobre a natureza e a função da história<sup>73</sup>. Fascinado com as portas abertas pelo mestre, White seguiu seu caminho como medievalista e historiador cultural, viajando à Roma nos anos 1950 a fim de realizar pesquisa documental para sua tese sobre história intelectual da Igreja Católica. Ali, sob convite do crítico literário e de arte Mario Praz, começou a escrever sobre filosofia da história<sup>74</sup>. De volta aos Estados Unidos, passou a dedicar-se à docência universitária. *The Burden of History (O Fardo da História)*, considerado por muitos sua primeira publicação importante, apareceu em 1966, num dos primeiros volumes do periódico *History and Theory*<sup>75</sup>. Esse ensaio representa a gênese do Metahistória<sup>76</sup>.

70 Entrevista de Hayden White a Cameron Vanderscoff para o projeto *Regional History* da University of California, Santa Cruz, publicada online. White, Hayden ; Vanderscoff, Cameron. *Hayden White: Frontiers of Consciousness at UCSC*, p. 1. Disponível em: <http://www.escholarship.org/uc/item/20b91099>. Último acesso: 02/11/2013

71 Ibid., p. 2.

72 Ibid., p. 5.

73 Domanska, Ewa. Hayden White, Academic Teacher. In: Ankersmit et al (ed.). *Re-Figuring Hayden White*, Stanford University Press, 2009, pp. 335-36.

74 Rogne, Erland. The Aim of Interpretation is to Create Perplexity in the Face of the Real: Hayden White in Conversation with Erland Rogne. *History and Theory*, v. 48, n. 1, 2009, p. 63. A primeira publicação de White, um artigo sobre Collingwood e Toynbee, é de 1956, segundo revisão bibliográfica realizada por Ewa Domanska em 2007 e disponível em [http://www.staff.amu.edu.pl/~ewa/Hayden\\_White\\_Bibliography.htm](http://www.staff.amu.edu.pl/~ewa/Hayden_White_Bibliography.htm). Último acesso: 02/11/2013

75 White, Hayden. *The Burden of History*. *History and Theory*, v. 5, n. 2, 1966.

76 White, Hayden. “Hayden White”. In: Domanska, Ewa. *Encounters: Philosophy of History After Postmodernism*,

O *Fardo* nos aparece como uma declaração: contra a História, em nome da história. É importante ressaltar que, até então, White seria visto, a julgar por suas publicações, como um historiador convencional, dedicado à pesquisa acadêmica, especializado em história intelectual: alguém *dentro* da História. Mas, numa resenha de 1965, ele já anunciara que havia ido para o lado de fora e explorado o entorno, encontrando um cenário desolador: “...a questão para o historiador hoje não é *como* a história deve ser estudada, mas *se* ela deve, em absoluto, ser estudada. Essa é a questão colocada na literatura de Ibsen até Camus, na filosofia de Nietzsche até Sartre, na teologia de Barth até Tillich, e na teoria social de Weber até Popper”<sup>77</sup>. É fundamental ressaltar que os questionamentos de White sobre a História e a história provém desse contato com diversas outras áreas. É nessas incursões que White passa a refletir sobre a irrelevância cultural da história, a cegueira dos historiadores e a necessidade de transformar completamente a disciplina da História. Tudo isso alia-se às suas convicções fortemente existencialistas e humanistas para moldar seu projeto de historiografia. O *Fardo* é sua apresentação seminal.

Paul argumenta convincentemente, ao longo de todo o seu estudo sobre White, que o motor primário de todo o pensamento deste é, de fato, moral. Subjazendo a toda a teoria tropológica e narratológica pela qual White se tornou conhecido, encontra-se uma mente profundamente preocupada com a possibilidade de liberdade humana, guiada pela visão ideal de uma vida vivida de acordo com valores auto-determinados. Podemos agora tomar o rumo indicado por Kellner<sup>78</sup> e seguir uma linha que nos levará dos fundamentos morais de White até a filosofia de Kant. No pensador iluminista, encontramos os pressupostos, ainda que tácitos, mais basilares de White – tanto morais quanto epistemológicos. Começemos sublinhando um apontamento de White em sua introdução ao Trópicos do Discurso:

“Os ensaios nesse livro (...) examinam o problema das relações entre descrição, análise e ética nas ciências humanas. Ficará aparente, de imediato, que essa divisão das faculdades humanas é kantiana (...) As distinções de Kant entre a emoções, a vontade e a razão não são muito populares nessa nossa época, que perdeu sua crença na vontade e que reprime sua sensibilidade às implicações morais do modo de racionalidade que vem a preferir. Mas as implicações morais das ciências humanas não serão percebidas até que a faculdade da vontade seja restabelecida na teoria”<sup>79</sup>.

---

University of Virginia Press, 1998, p. 14.

77 Apud Paul, Herman. *Hayden White*. Polity Press, 2011, p. 46.

78 Kellner, Hans. Hayden White. In: Grodon, M.; Kreiswirth, M. (ed.). *The John Hopkins Guide to Literary Theory and Criticism*. John Hopkins University Press, 2005, p. 927-928.

79 Trópicos do Discurso, pp. 22-23.

Decerto, devemos ler “vontade” aqui como “boa vontade”: a qualidade, a priori, que é boa em si mesma, sob quaisquer condições, que sobredetermina a desejabilidade de qualquer outra qualidade. Pela imperiosidade da lei moral, a boa vontade pode ditar ações contrárias aos desejos; nesse caso o agir torna-se um dever. A ação moral, dessa maneira, não conduz sempre à felicidade – aquela é necessária para essa (não pode haver felicidade sem boa vontade) mas não suficiente (pode haver boa vontade sem felicidade). O bem-em-si é uma matéria de racionalidade.

É notável que o manifesto kantiano de White preceda imediatamente O Fardo do Discurso, o primeiro ensaio do Trópicos. Nessa obra, os objetivos do autor ficam explícitos. O caso com o Metahistória é diferente.

Abrindo a obra, White anuncia que ela é duas coisas: tanto uma história do desenvolvimento do pensamento histórico durante o século XIX quanto uma teoria geral da estrutura do modo de pensamento histórico. Nos concentraremos, por ora, no segundo ponto.

No nível mais fundamental desta teoria, está a prefiguração: um ato de natureza poética, pré-cognitivo e pré-crítico, constitutivo de todo o trabalho do historiador, desde a percepção mental do “campo histórico” até a determinação do protocolo linguístico utilizado na escrita da narrativa. A prefiguração é fundante e também determinante; da maneira como White a explica, ela é um fenômeno necessário da compreensão humana, e o único possível em qualquer domínio do conhecimento não elevado (ou reduzido) à categoria de ciência. Ademais, ela pode ocorrer em quatro modalidades, correspondentes aos tropos centrais da linguagem poética: Metáfora, Metonímia, Sinédoque e Ironia. Sendo a linguagem não-científica necessariamente figurativa, só é possível, aduz White, compreendê-la em termos de prefiguração poética<sup>80</sup>.

É elementar notar que há tanto um elemento determinístico quanto um relativístico na teoria dos tropos. Se por um lado a prefiguração trópica é um elemento epistemologicamente irreduzível do fenômeno linguístico, por outro não há nenhuma base epistemológica que determine a preferência por um ou outro tropo. E se levarmos em conta o interesse fundamentalmente moral de White, não demoraremos a perceber, conforme notado por Roth<sup>81</sup>, que na necessidade dos tropos e na possibilidade de escolher entre eles (e a escolha precisa ter um fim moral), existe um paralelo com a relação entre os domínios da epistemologia e da moral aventados por Kant: enquanto só podemos nos compreender fenomenicamente, a partir das categorias do entendimento, como objetos no mundo, podemos também, sabendo que a origem dessa compreensão é mental, nos compreender como livres na transcendência do fenômeno. Isto é, a capacidade racional de reconhecer as leis do entendimento, no domínio epistemológico, nos permite ao mesmo tempo reconhecer leis, no

---

80 Metahistória, p. 31.

81 Roth, Paul A. History and the Manifest Image: Hayden White as a Philosopher of History. *History and Theory*, v. 52, n. 1, 2013, p. 134.

domínio moral, que devemos ser livres para impor a nós mesmos.

Existem, contudo, pelo menos dois problemas nessa aproximação entre White e Kant: primeiro, o que é necessário em White é apenas o ato da prefiguração em si; não existe um paralelo para a necessidade, em Kant, de que todas as quatro categorias do entendimento sejam operantes. Segundo, em White, o que sucede a prefiguração é a escolha, consciente ou não, de um dos tropos ou de uma combinação entre eles; em Kant o trajeto do entendimento é mais complexo: a multiplicidade do real é primeiro intuída pela sensibilidade (na qual operam as formas de intuição – tempo e espaço) e só depois organizada em categorias pelo entendimento. Assim, a afirmação de Ankersmit: “As categorias do entendimento de Kant explicam como o conhecimento é possível, e os tropos de White, por sua vez, explicam como o conhecimento histórico é possível”<sup>82</sup> torna-se problemática. Parece que nessa aproximação devemos nos ater a dois pontos mais gerais: primeiro, a harmonia entre a necessidade da construção do conhecimento como um gesto transcendental e a possibilidade de escolha moral através de um gesto análogo sem dúvida aproxima satisfatoriamente Kant e White. Segundo, conforme argumenta o mesmo Ankersmit, agora mais eloquentemente, na dimensão estética há um paralelo claro entre maneira como Kant define a apreensão do belo e a maneira como White concebe o discurso histórico. Kant, explicando sua noção de imaginação, traça uma diferença entre esquema e conceito: o esquema é o que une as aparências sensíveis às categorias do entendimento; o conceito é uma abstração “pura” dos dados apreendidos sensivelmente. Por exemplo, se eu vejo uma maçã, intuirei dados diferentes dependendo do ângulo e da distância de que a estiver vendo. Mas quaisquer sejam esses dados, eles serão igualmente conceitualizados abstratamente como “maçã”. Kant fala de “imaginação” aqui porque, se eu ver apenas metade de uma maçã, precisarei “imaginar” sua outra metade a fim de apreendê-la conceitualmente como maçã. No entanto, quando se trata da apreensão de um objeto belo (ou seja, um que adentra a dimensão estética, transcendendo a ordinariiedade de um objeto como a maçã), o conceito não é capaz de abstrair nada a partir da multiplicidade de intuições sensíveis. Resta apenas a percepção subjetiva deixada a si mesma. Assim, as faculdades do entendimento não conseguem se referir ao objeto estético, mas apenas a si mesmas em sua tentativa de apreendê-lo. Ankersmit localiza algo similar no processo existente entre a prefiguração e a constituição tropológica do discurso histórico: um movimento dinâmico entre os vários níveis existentes entre o objeto (o “campo histórico”), que não é suscetível à conceitualização, e sua percepção subjetiva materializada na escrita histórica. As várias faculdades da imaginação envolvidas nesse processo atuam num “vaivém” entre elas próprias em sua mediação do objeto relativamente à sua constituição como

---

82 Ankersmit, F.R. White's New Neo-Kantianism. In: Ankersmit et al (ed.). *Re-figuring Hayden White*, Stanford University Press, 2009, p. 36.

discurso.

O que interessa particularmente aqui é a prevalência da razão subjetiva mesmo quando há a impossibilidade de conhecimento racionalmente objetivo. Nesse sentido, a teoria de White mostra-se inegavelmente kantiana. A afirmação anteriormente citada de Ankersmit é problemática mas não absurda: a prefiguração tropológica realmente funciona como um mecanismo transcendental. White não se pretende um filósofo da mente, mas a extensão lógica de sua teoria tropológica consiste em supor que a apreensão do mundo pela mente possui essa qualidade transcendentalmente poética.

Agora, em que sentido isso nos permite falar de White como um modernista? Lembremos do primado da razão. A teoria de White requer que a razão seja capaz de conhecer o funcionamento da mente do historiador. White está muito longe, é claro, de um empiricismo dito “ingênuo” como o de Ranke, mas a confiança na habilidade de delimitar sujeito e objeto – ainda que nesse caso, o sujeito seja o objeto de sua própria subjetividade – pressupõe uma epistemologia que, ao transcendentalizar o sujeito, transforma-o em categoria absoluta: o sujeito possui uma experiência objetiva de si mesmo.

White, na sua condição de humanista – utopista, até, poderia-se dizer - não está disposto a abrir mão de um fundação segura como essa, por mais que isso crie inconsistências aparentes em sua teoria. Ele não é um relativista nem um objetivista, mas sim um pluralista.

“De fato, o ponto principal da tétrede quádrupla [os quatro tropos e seus quatro modos semi-respectivos de elaboração de roteiro, argumento formal e implicação ideológica] é *negar* que os historiadores possam dizer o que bem entenderem sobre o passado. Como White sempre insistiu, *o que* os historiadores dizem sobre o passado é inseparável de *como* eles o dizem. E o *como* da interpretação histórica é limitado a um repertório de formas disponíveis. Ao invés de dizer 'pode qualquer coisa', White afirma: 'podem quatro coisas' <sup>83</sup>.

Podemos entender o pluralismo de White como uma posição modernista extremamente sofisticada, por duas razões. Primeiro, o essencialismo uno do “passado em si”, baseado numa epistemologia objetivista, é convertido num essencialismo múltiplo, dos “modos de prefiguração do passado em si”, baseado numa epistemologia transcendentalista que torna o objeto parte do sujeito, mas não os separa. Segundo, por consequência da subordinação do objeto ao sujeito, a submissão da linguagem à pesquisa empírica é invertida.

---

83 Paul, *ibid.*, p. 106.

Se tomarmos essa análise da epistemologia White em relação ao problema da referencialidade, constataremos novamente o tipo de modernismo refinado que uso para descrevê-lo. White não adere à “referencialidade forte” de inspiração rankeana, que supõe a correspondência exata de todo discurso sobre o passado à realidade material do passado, mas também não compartilha da auto-referencialidade pós-modernista. Ele está mais próximo do construtivismo, na nomenclatura de Munslow, embora também não seja um construtivista. Nas palavras de Kansteiner, o que White faz é deslocar o referente para o nível de significação secundária do discurso – o nível primário sendo o texto em si<sup>84</sup>. Quer seja, o discurso histórico tem como referente as próprias estruturas tropológicas de figuração – que, devemos nos lembrar, para White são fixas. O “vaivém” esquemático que procura dotar de algum significado o “caos” do campo histórico com que o historiador se defronta é um movimento entre níveis de figuração que White supõe poderem ser determinados. Não é um caso de auto-referencialidade entre significante e significado; o discurso não se constitui por si só a partir da relação arbitrária entre os signos, como no modelo de Saussure e de Barthes. O referente não é “suspenso”; ele recebe mediação através de sua constituição discursiva realizada pela consciência tropológica. White explica:

“O discurso deve ser analisado em três níveis: o da descrição (mimesis) dos 'dados' encontrados no campo de investigação; o do argumento ou narrativa (diegesis) que acompanha a descrição; e aquele no qual a combinação dos dois anteriores se efetua (diataxis) (...) dessa forma, um discurso é um modelo dos processos da consciência através dos quais um dada área da experiência, originalmente apreendida simplesmente como um campo de fenômenos que se apresentam à compreensão, é assimilada por analogia às áreas da experiência cuja natureza essencial já se tem por compreendidas”<sup>85</sup>.

Será interessante nos determos na noção do discurso como *modelo* da consciência a fim de observarmos mais alguns paralelos da teoria de White com preceitos modernistas. Para isso, antes, precisamos expor rapidamente a teoria da obra histórica constante no *Metahistória*. White fala de cinco níveis de conceitualização numa obra histórica qualquer. Dois deles são “elementos primitivos”: a crônica e a estória. De todos os eventos constantes no “campo histórico”, alguns são selecionados, e outros excluídos. Os eventos selecionados são então dispostos cronologicamente. Isso constitui a crônica. O próximo passo é configurar os elementos da crônica em termos de eventos inaugurais, transicionais e finais, tornando-a estória. A estória, que apresenta os eventos

---

84 Kansteiner, Wulf. Hayden White's Critique of the Writing of History. *History and Theory*, v. 32, n. 3, 1993, p. 283.

85 *Trópicos do Discurso*, Introdução, pp. 4-5.

ligados entre si, diz respeito ao nível interno da narrativa: ela dá conta de perguntas do tipo “o que aconteceu a seguir...?”, “como esse evento levou a esse outro...?”, etc. Os outros três níveis de conceitualização, quais sejam, elaboração de roteiro, argumento formal e implicação ideológica, dizem respeito à narrativa *in toto*, ao seu nível externo, das quais se podem fazer perguntas do tipo “qual o sentido dessa história...?”. Crucial aqui é o fato de que o nível externo não é uma simples soma dos componentes do interno: a narrativa completa é uma entidade autônoma, possuidora de características emergentes que não podem ser explicadas pelas conexões que ligam seus componentes internos<sup>86</sup>. A diferença maior está no fato de que eventos históricos possuem algum tipo de correspondência com o passado material; a narrativa completa, não. Podemos nomear essa posição de “referencialismo fraco”, muito embora White não discuta a fundo a natureza dessa correspondência de enunciados singulares com o passado: ele apenas os tem como “confirmáveis”<sup>87</sup>. Em todo caso, uma mera lista de descrições individuais ainda não seria, no sistema de White, uma história, mas apenas uma crônica. O que não fica claro é a natureza da correspondência das ligações entre eventos da história com o passado<sup>88</sup>. White fala apenas da *correspondência* dos eventos individuais – que nesse sentido podem ser “encontrados” a partir das fontes - e da *coerência* da narrativa completa, que não pode ser encontrada no passado, mas apenas imposta a ele<sup>89</sup>. Atendo-se à imposição da narrativa, Lorenz identifica nesse ato uma simples inversão da epistemologia positivista<sup>90</sup>. Na historiografia positivista, argumenta, a narrativa não possui autonomia, sendo um mero resultado da pesquisa empírica. O que importa são os “fatos brutos”. Na teoria de White, os fatos são rebaixados à “mera informação” e o que importa é a narrativa fictícia criada pelo historiador. Nessa inversão, no entanto, White permaneceria preso aos pressupostos do empiricismo positivista: “A identificação que White faz de *toda* interpretação com imposição, construção imaginária e invenção literária pressupõe a possibilidade de *conhecimento sem interpretação* – e isso é empiricismo pura e simplesmente”<sup>91</sup>. Lorenz está identificando em White um contraste

---

86 Metahistória, pp. 5-7.

87 Trópicos do Discurso, As Ficções da Representação Factual, p. 122.

88 A única menção a esse problema, e que não nos ajuda muito, é essa: “Um historiador pode decidir que uma decisão de ir à guerra foi o resultado de uma política de escolhas de certo indivíduo ou grupo; ele assim ele pode afirmar ter explicado porque a guerra ocorreu num momento e não em outro. Mas tais 'explicações' tem a ver com a constituição da crônica de eventos...”. [Trópicos, Interpretação na História, p. 67]

89 É importante ressaltar que White chega a indicar que mesmo o ato de “encontrar” eventos do passado, descritos como enunciados singulares, é por natureza metafórico. Ele quer dizer que a cópula de identidade “A é B”, o tipo de proposição mais básica que a mente humana pode conceber, já é em si uma metáfora [Trópicos, Introdução, p. 21]. A consequência disso é uma extensão da prefiguração poética (supondo-se que todos os tropos são, nesse sentido cognitivo, uma metáfora) à própria seleção dos eventos que virão a compor uma narrativa. Assim, a prefiguração da narrativa completa, entendida ela mesma como uma metáfora estendida, antecederia a disposição a selecionar ou excluir determinados eventos antes mesmo de “encontrá-los” nas fontes [Trópicos, O Texto Histórico Como Artefato Literário, p. 91].

90 Lorenz, Chris. Can Histories Be True? Narrativism, Positivism and the “Metaphorical Turn”. *History and Theory*, v. 37, n. 3, 1998.

91 *Ibid.*, pp. 314-315.

radical entre conhecimento com base empírica e conhecimento puramente ficcional, o que é um pressuposto também positivista. De fato, White parece, pelo menos no nível dos eventos individuais, fazer essa separação: “Eu gostaria de admitir, desde já, que *eventos históricos* são diferentes de *eventos ficcionais* segundo a caracterização convencional desde Aristóteles”<sup>92</sup>. O problema aqui soma-se à falta de tratamento da questão de correspondência das ligações da estória com o passado, e parece reforçar o modernismo de White na medida em que seu tratamento dos eventos históricos no nível interno da narrativa pode ser entendido, surpreendentemente, como positivista. Isto é, o modelo da consciência expresso no discurso teria, assim, em sua dimensão mimética (de descrição), um pressuposto empiricista bastante similar ao do reconstrucionismo: fica claro então o “referencialismo fraco” de White. Podemos aceitá-lo contanto White evite a questão da interpretação dos eventos em si – ele fala de interpretação apenas no nível sinóptico da narrativa. Os eventos, em seu sistema, são “elementos” irreduzíveis<sup>93</sup>. Assim, não obstante a função da prefiguração já na seleção dos eventos, ela não operaria na designação do que é ou não um evento. Esses já estariam pré-determinados no “campo histórico”, à disposição da prefiguração do historiador que decidisse utilizá-los.

White, efetivamente, não está preparado para aceitar algum tipo de determinismo linguístico e afirmar que não há nada externo ao texto. Seu contato com o estruturalismo pode ser descrito como “uma aventura com consequências inesperadas. Inspirado por Lévi-Strauss e Foucault, White começou a examinar o poder do discurso e, para sua consternação, descobriu que ele poderia potencialmente destruir o sujeito humanista no qual ele acreditava desde seus dias de estudante universitário”<sup>94</sup>. Podemos ver claramente que White, discutindo a teoria literária dos anos 1970, rejeita as consequências mais extremas do que ele chama de “crítica absurdista”:

“Para muitos – embora de forma alguma todos ou mesmo a maioria – dos críticos modernos, tudo é potencialmente interpretável como linguagem, e daí que tudo seja potencialmente interpretável como literatura; ou, se a linguagem é vista apenas como um caso especial do campo mais abrangente da semiótica, nada é interpretável como fenômeno 'especificamente' literário, 'literatura' enquanto tal não existe (...) Tal posição é manifestadamente Absurda, pois os críticos que a sustentam não apenas *continuam a escrever* sobre as virtudes do silêncio, mas o fazem continuamente e em alta voz. No

---

92 Trópicos do Discurso, *ibid.*, p. 121.

93 *Metahistória*, p. 5.

94 Paul, *ibid.*, p. 94.

pensamento de Bataille, Blanchot, Foucault e Derrida, testemunhamos a ascensão de um movimento na crítica literária que levanta a questão crítica apenas a fim de gozar de uma satisfação sombria na contemplação da impossibilidade de jamais resolvê-la ou, nos limites do pensamento, de sequer perguntá-la. A literatura é reduzida à escrita, a escrita à linguagem, e a linguagem, num último paroxismo de frustração, à parolice sobre o silêncio”<sup>95</sup>.

O pensamento de orientação fundamentalmente moral de White não pode concordar com o aprisionamento do sujeito individual à linguagem, com a perda completa de sentido e substância em labirintos infinitos de signos. White nunca deixou de ser um marxista, pelo menos num sentido muito básico de manter um certo otimismo utópico acerca do futuro da humanidade, estritamente relacionado ao progressismo político denotado por seu projeto historiográfico. Sua preocupação com a liberdade moral do indivíduo sempre esteve vinculada a um reconhecimento das condições sociais necessárias para tal<sup>96</sup>. Assim, é compreensível que White não tenha visto com bons olhos a crítica “absurdista”. Falando de Derrida, por exemplo, diz que seu projeto crítico sinaliza “a dissociação do crítico de toda e qualquer empreitada coletiva, a elevação do criticismo ao status de uma superciência ao mesmo tempo puramente subjetiva e desejosa de significância universal”<sup>97</sup>. Claramente, White nunca pretendeu que sua teoria fosse “puramente subjetiva”; no máximo, como já argumentei, ela é objetivamente subjetiva. A estabilidade do consciência tropológica não se sujeita à desestabilização provocada pela completa arbitrariedade da linguagem. Numa analogia possivelmente elucidativa, a linguagem é determinante em White na medida em que ele entende que qualquer proposição produz sentido de maneira essencialmente metafórica (nota 89, acima). Já Derrida diria que a figura de linguagem que melhor descreve a produção mínima de sentido é a catacrese<sup>98</sup>.

Por outro lado, e talvez seja aqui onde devemos detectar, enfim, a atração de White pelo estruturalismo – que não chega, como mostrado acima, até o pós-estruturalismo - há um elemento irretocável de pretensão à universalidade, justificada por uma transcendentalização do sujeito do conhecimento - de maneira tipicamente modernista - no pensamento de White. No *Metahistória*, o autor declara: “meu método é formalista”<sup>99</sup>, e explica: seu interesse está apenas em identificar e analisar os componentes estruturais dos textos históricos. Por consequência, as circunstâncias

---

95 Trópicos do Discurso, O Momento Absurdista na Teoria Literária Contemporânea, p. 262.

96 Paul, *ibid.*, p. 63.

97 Trópicos do Discurso, *ibid.*, p. 277.

98 Jenkins, Keith. *Radical History and Hayden White*. In: Ankersmit et al (ed.). *Re-Figuring Hayden White*, Stanford University Press, 2009, p. 109.

99 *Metahistória*, p. 3.

históricas de produção destes textos, presume-se, teriam importância secundária ou negligenciável. Não é difícil enxergar um problema sério aí: “White ainda não foi capaz de encontrar um repertório de análise textual que funcione de maneira historicamente responsável”<sup>100</sup>. Em relação direta com isso e ainda mais problemático para o historiador que procura assimilar a teoria de White, está sua transposição da estrutura tropológica identificada nos historiadores e filósofos da história do século XIX ao nível de categoria do entendimento transcendentalmente universal, bem à moda kantiana. Nesse sentido, é importante notar que a Introdução do *Metahistória*, que expõe toda a teoria da prefiguração, foi escrita depois das análises que constituem a maior parte da obra<sup>101</sup>. Se lermos esse livro sem sua Introdução, ele nos aparece como um estudo de história intelectual do século XIX amparado em princípios interpretativos muito rigorosos, mas que não funcionam, conforme a Introdução deixa transparecer, como uma proto-filosofia da mente. Nesse caso não há muita novidade; conforme nota Paul, desde sua formação acadêmica White já se mostrara atraído por aparatos teóricos de cobertura universal, por hipóteses nomológico-dedutivas superimpostas à evidência histórica e por modelos ideais. A teoria de inspiração weberiana empregada por White em sua tese de doutoramento, vale notar, “não irritou menos seus colegas do que o esquema tropológico do *Metahistória* faria anos depois (...) pode-se argumentar, aliás, que a tropologia do *Metahistória* não é senão uma variação dos modelos de cobertura universal que tão claramente fascinaram White nos primórdios de sua vida acadêmica”<sup>102</sup>.

O modelo tropológico de White exibe essa característica universalizante que, como veremos a seguir, é recusada pela abordagem pós-modernista. Pois, ao lado do sujeito objetivado através das estruturas fixas da consciência tropológica, White aplica ainda os quatro tropos como um modelo mecanicista de transição da consciência histórica no seu período de interesse, o século XIX<sup>103</sup> - de uma maneira metanarrativa nem um pouco “esmigalhada”. A inspiração em Vico é central. Um dos objetivos de White, de fato, é voltar-se contra a Ironia que domina a historiografia desde o fim do século XIX; podemos supor que ele deseja o retorno a um modo de consciência Metafórico.

Esse universalismo pode ser identificado com o que o Ankersmit chama, em outra de suas defesas da historiografia pós-modernista, de “transcendentalismo historicista”. Aqui, Ankersmit pretende negar qualquer dimensão epistemológica à História, tornando-a modo de conhecimento puramente estético. Criticando o historicismo (que parece assumir como característica inextricável da historiografia modernista), diz:

---

100 Kansteiner, *ibid.*, p. 290.

101 Domasnka, Ewa. Hayden White: Beyond Irony. *History and Theory*, vol. 37, no 2, 1998, p. 175.

102 Paul, *ibid.*, pp. 28-29 e 30-31.

103 *Metahistória*, p. 38.

“O historicismo limita rigidamente o âmbito da alteridade ao passado, ou, mais precisamente: nos termos da metáfora historicista do fluxo do tempo, as diferenças são percebidas, do ponto de vista do historicista, somente como distintos pontos desta torrente. Em outras palavras, o próprio historiador encontra-se em uma elevação segura para além do rio do tempo que corre diante dele, em um lugar cuidadosamente apartado do campo de influência da alteridade”<sup>104</sup>.

O sujeito do conhecimento de White não se encontra nesta elevação transcendental, percebendo todas as diferenças na diacronia da consciência histórica nos termos tropológicos de Vico? Não me pareceria correto identificá-lo como um “historicista transcendental” de que fala Ankersmit; afinal, reconhecendo que o próprio *Metahistória* é escrito em modo Irônico<sup>105</sup>, ele estaria se situando no fluxo do tempo. Talvez, considerando White como um modernista sofisticado, poderíamos dizer que está apenas parcialmente dentro desse fluxo. No entanto, vem à mente a crítica de LaCapra, mencionada por Marcelino:

“Para LaCapra, haveria uma incongruência na perspectiva de White, pois sua desconstrução do estatuto científico do discurso histórico não se afastou da mesma estrutura referencial de caráter metafísico e universalista que pretendeu criticar (...) LaCapra identificaria em White o mesmo desejo narcísico iluminista de perfectibilidade humana, de conhecimento pleno, de uma abordagem totalizante, mas não centrada no mundo sócio-histórico, e sim nas estruturas básicas da imaginação histórica”<sup>106</sup>

Ankersmit, que advoga a completa historicização do sujeito histórico, sua completa inserção no tempo histórico, aponta para essa mesma incongruência em White: “o mais provável é que sua tentativa de explicação da evolução historiográfica seja, antes, um ativismo enraizado na historiografia tradicional que a reformulação da promessa aludida em sua nova perspectiva historiográfica”<sup>107</sup>.

Cabe levantar um último ponto para atestar o modernismo, ainda que “sofisticado”, de White. Listando todos os autores citados pelo menos quatro vezes por White durante os anos que levaram à escrita do *Metahistória* – e aí temos, apenas para mencionar alguns, Burckhardt, Camus,

---

104 Ankersmit, Frank. *Historicismo, Pós-Modernismo e Historiografia. Topoi*. In: Malerba, Jurandir (org.) *A História Escrita*, Ed. Contexto, 2006, pp. 97-98.

105 *Metahistória*, xii.

106 Attila, Douglas Marcelino. *A Narrativa Histórica entre a Vida e o Texto. Topoi*, n. 25, v. 13, 2012, p. 135.

107 Ankersmit, *ibid.*, p. 111.

Croce, Frye, Hegel, Kafka, Kant, Marx, Michelet, Vico - Domanska observa que essas citações frequentes indicam alguma sensibilidade intelectual, ou algum ponto de vista, compartilhado entre White e eles<sup>108</sup>.

Assim compreendemos o desejo anunciado por White, em sua tentativa de voltar a consciência Irônica contra ela mesma, de que “se liberem parcialmente as vias para a reconstituição da História como uma forma de atividade ao mesmo tempo poética, científica e filosófica – como ela foi em sua época dourada no século XIX”<sup>109</sup>.

Vemos então que o desejo especificamente pós-modernista de uma História completamente nova não encontra eco integral em White. A renovação que White propõe – no *Fardo*, ao menos - urge os historiadores a reconhecerem os avanços das artes e da ciência no século XX, mas ao mesmo tempo, espera com isso uma dissolução dos limites da disciplina, transformando-a de maneira a conformá-la ao modelo ideal da historiografia não-acadêmica do século XIX. White não está tentando romper com toda uma tradição: ele está tentando romper com uma – de vertente rankeana, academicizada, com pretensões cientificistas - e sugerindo um *retorno* a outra: a tradição pré-moderna presente sobretudo em Tocqueville e Michelet, na qual história e poesia, razão e ficção, e fato e figuração convivem entre si e contribuem, num contínuo, para a significância da história *no e para* o presente.

---

108 Domanska, *ibid.*, p. 174.

109 *Metahistória*, *ibid.*

## HAYDEN WHITE E O PÓS-MODERNISMO

Nesta última parte do trabalho, o que farei não é procurar elementos pós-modernistas na teoria de White. Pois, em suas próprias palavras, e conforme já demonstrado, nosso autor encontra-se “preso no modernismo”. O que farei é identificar os elementos que, de maneira mais ou menos direta, a historiografia pós-modernista apropriou de White. A fins de conclusão, buscarei considerar de que maneira os elementos constitutivos da teoria de White, de substrato modernista, podem ser conciliados com sua apropriação pelo pós-modernismo.

A primeira coisa a ser dita é que a historiografia pós-modernista recebeu a obra de White mais como um conjunto de atitudes diante da História e do conhecimento histórico do que como um corpo teórico propriamente dito. De fato, o pensamento de White, conforme notado por Vann, é mais fecundo do que fixo<sup>110</sup>. Ele não está contido em manuais teóricos, mas em ensaios que geralmente consistem em análises textuais de um ou mais autores. Mesmo o *Metahistória* pode ser lido como uma coleção de ensaios. White, sendo antes um desconstrutor de textos do que um construtor de sistemas, só tem realmente a oferecer, em termos de corpo teórico consolidado, sua metodologia de análise tropológica. É evidente, essa metodologia é complexa e pode ser de difícil aplicação: no entanto, ela encontrou adeptos. Vann cita o exemplo de Daniel Ostrowski, que testou a aplicabilidade da tropologia na análise de quatro historiadores russos, conseguindo fazer a teoria “funcionar” para três deles<sup>111</sup>. No entanto, como talvez não seria de se surpreender, a teoria e metodologia tropológica encontrou terreno mais fértil na crítica literária do que na História<sup>112</sup>. Como sabemos, historiadores normalmente não são treinados para ter a extrema atenção às figurações da linguagem que a adoção do método de White exige. Parece que quando White é adotado por historiadores como um referencial teórico, são outros aportes seus, mais recentes e menos sistematizados, como os de “evento modernista” e “passado prático”, ou ainda suas considerações mais gerais sobre narratividade (como as expostas em *The Value of Narrativity in the Representation of Reality*, que Vann identificou, em análise quantitativa, como o artigo mais citado de White<sup>113</sup>) que interessam mais.

Agora, essa enorme ênfase dada por White ao aspecto literário do discurso histórico é sua primeira atitude diante do conhecimento histórico a ser apropriada pela historiografia pós-modernista. Assim fala-se de White como o responsável pela “virada linguística” na historiografia, particularmente a partir do *Metahistória*<sup>114</sup>. Traçar todos os rumos que essa virada tomou não

110 Vann, Richard T. The Reception of Hayden White. *History and Theory*, v. 37, n. 2, 1998, p. 161.

111 Ibid., p. 151.

112 Kansteiner, *ibid.* p. 288.

113 Vann, *ibid.*, p. 157.

114 Paul, *ibid.*, p. 89.

caberia no espaço desse trabalho, mas podemos ver sua importância para a historiografia pós-modernista recorrendo novamente a Ankersmit:

“Extremamente importante para a sobrevivência da historiografia na pós-modernidade é a disposição de confrontar-se com o texto histórico como se fosse uma obra de arte literária (...) o uso de, e o recurso a, instrumentos da crítica literária não são, por essa razão, característica acidental da historiografia pós-moderna, sendo tão natural a ela quanto a aplicação da matemática à física teórica”<sup>115</sup>

Temos ainda Tholfsen, que nos fala não como defensor mas como comentador do pós-modernismo historiográfico: “Os pós-modernistas sugerem que sua visão da história flui direta e necessariamente da 'virada linguística' nas humanidades”. Exemplifica com uma citação de Robert Berkhofer: “ 'a teoria literária minou a própria base da prática historiográfica tradicional' ”. E finalmente, faz uma crítica cuja pertinência não estou em condições de avaliar: “Na verdade, a teoria pós-modernista representa apenas uma versão da virada linguística. A nova teoria linguístico-retórica tem sido usada mais construtivamente por teóricos como Paul Ricoeur, Louis Mink e Jorn Rüsén”<sup>116</sup>.

Clark apresenta uma visão mais positiva a respeito, especificamente sobre a importância da teoria narrativa de White. Para ela, White foi responsável por ensinar toda uma geração de historiadores e críticos a refletir sobre mecanismos narrativos que permitem ocultar discórdias e contradições por detrás de narrativas tecidas de maneira unificada, de modo a enfatizar continuidades. Um exemplo particularmente iluminador estaria na obra de Sande Cohen<sup>117</sup>. Cohen, por sua vez, é apontado como uma das figuras-chaves no debate iniciado pela virada linguística de White<sup>118</sup>.

A partir daí podemos chegar à segunda postura de White apropriada pela historiografia pós-moderna: o enfoque na relação entre o historiador-autor e seu leitor. Aqui ressaltarei que White está mais próximo do modelo semiótico de Peirce (a semiótica propriamente dita) do que do de Saussure (semiologia). Pois a principal diferença entre os dois é que o modelo de Peirce possui um terceiro elemento ausente no modelo dicotômico de Saussure: o intérprete. Para a pergunta “a representação histórica é uma representação *do* quê?”, White oferece a seguinte resposta:

115 Ankersmit, *ibid.*, p. 104.

116 Tholfsen, Trygve. *Postmodern Theory of History: A Critique. Memoria y Civilizacion*, v. 2, 1999, p. 208.

117 Clark, Elizabeth A. *History, Theory, Text: Historians and the Linguistic Turn*. Harvard University Press, 2004, p. 104.

118 Zammito, John. *Historians and Philosophy of Historiography*. In: Tucker, Aviezer (ed.). *A Companion to the Philosophy of History and Historiography*. Blackwell, 2009, p. 70.

“Vista de maneira puramente formal, uma narrativa histórica não é só uma *reprodução* dos eventos relatados nela, mas também um *complexo de símbolos* que nos dá indicações para encontrar um *ícone* da estrutura desses eventos em nossa tradição literária. Estou aqui invocando, é claro, a distinção entre signo, símbolo e ícone na filosofia da linguagem de C.S. Peirce (...) Considerada como um sistema de signos, a narrativa histórica aponta em duas direções simultaneamente: para os eventos descritos na narrativa e para o tipo de estória (*mythos*) que o historiador escolhe para servir como o ícone da estrutura dos eventos. A narrativa em si não é o ícone; o que ela é faz é *descrever* eventos no registro histórico de maneira a informar o leitor *o que assumir como ícone* dos eventos a fim de torná-los 'familiares' <sup>119</sup>.

“Ícone”, na terminologia de Peirce, é um signo que representa algum objeto por via de semelhança: por exemplo, um retrato de uma pessoa<sup>120</sup>. O ícone para o qual a narrativa aponta, na explicação de White, é algum dos vários arquétipos literários que permitem ao leitor da narrativa identificar e compreendê-la como, por exemplo, uma comédia ou uma sátira. Esses arquétipos, por sua vez, são uma produção figurativa da consciência tropológica ativa *tanto* na mente do historiador-escritor *quanto* do leitor. Ricoeur bem notou esse mesmo elemento e lhe deu grande importância:

“Sobretudo, não se pode deixar de ter em conta que a tripla tipologia de estória, roteiro e argumento na qual repousa a teoria do estilo historiográfico não reivindica qualquer autoridade 'lógica'. Os modos de elaboração de roteiro, em particular, são produtos de uma tradição de escrita responsável por lhes doar a configuração empregada pelo historiador. Esse aspecto de tradicionalidade é afinal o mais importante: o historiador, enquanto escritor, se dirige a um público suscetível de reconhecer as formas tradicionais da arte de narrar. Essas não são classes derivadas de uma taxinomia a priori, mas sim formas de uma herança cultural”<sup>121</sup>.

Mais uma vez, é Ankersmit quem nos fornece a ponte com a historiografia pós-modernista:

---

119 Trópicos do Discurso, O Texto Histórico como Artefato Literário, p. 88.

120 Atkin, Albert. “Peirce's Theory of Signs”. In: Zalta, Edward (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/sum2013/entries/peirce-semiotics>. Último acesso: 14/11/2013

121 Ricoeur, Paul. *Temps et Récit, 1: L'intrigue et le Récit Historique*. Éditions du Seuil, 1983, p. 299.

“a 'passagem' entre o passado e o texto do historiador deveria ser poupada de qualquer análise de parte da historiografia, e toda a atenção do especialista em historiografia deve concentrar-se no texto histórico e naquilo que acontece entre o texto e o leitor”<sup>122</sup>.

Com um pouco de esforço interpretativo, e ignorando o excesso de Ankersmit em evitar o problema epistemológico da relação entre texto e passado, podemos supor que essa relação historiador-leitor tenha não só uma importância semiótica, mas também política e moral. Ora, de todos os historiadores analisados no *Metahistória*, é plausível dizer que o mais admirado por White é Tocqueville:

“Tocqueville deferiu qualquer definição conclusiva sobre o sentido da Revolução Francesa, forçando assim o leitor a decidir por ele mesmo 'o que realmente aconteceu' nos termos do que ele desejasse que acontecesse em seu próprio futuro. Mais decisivo ainda, Tocqueville não ficou meditando sobre como 'isso aconteceu a partir daquilo', mas buscou ligar passado e presente, interpretando problemas do presente à luz do passado e vice-versa. Como vimos, esse era o maior sonho de White”<sup>123</sup>.

Portanto, a relação do historiador com seu leitor exprime a tarefa ética daquele. Ele deve ser capaz, em seu compromisso moral, de deixar seu leitor livre para *escolher* um passado que seja adequado à sua visão de futuro; ele deve respeitar a liberdade individual do ser humano que recorre ao passado representado pelo historiador a fim de defrontar-se com seu presente. Lembramo-nos aqui da motivação fundamentalmente moral de toda a teoria de White e podemos considerar agora a terceira e última postura que a historiografia pós-modernista apropria dela.

Trata-se, a meu ver, da apropriação principal: é o reconhecimento e o compartilhamento da revolta de White contra a História. Jenkins, em artigo já citado, prova o ponto, atribuindo a White a "revelação" que o levou a assumir sua postura radical e reiterando: "historiadores radicais [leia-se, pós-modernistas] trabalham para nós" (nota 67). Estaremos lembrados aqui do teor libertário, quase revolucionário anunciado em *O Fardo da História*. O historiador se pergunta: "o que eu devo fazer...?" e, se decide que deve enfrentar os problemas do presente, precisa então ou transformar a História, presa a um modelo acadêmico atávico que lhe tornou decrépita no campo do saber e irrelevante no da cultura, ou abandoná-la.

Poderíamos nos perguntar: depois de todo esse tempo – *O Fardo* é de 1966 – o que o próprio White fez? Se ele é o modelo por excelência para essa rebelião, qual o exemplo que ele oferece para

---

122 Ankersmit, *ibid.*, p. 103.

123 Paul, *ibid.*, p. 72.

ser seguido? Certo é que ele praticamente abandonou a História: de 1980 até o presente ele só escreveu dois artigos históricos, no sentido tradicional<sup>124</sup>. Dizê-lo “historiador” não é incorreto, mas ele é melhor descrito como um crítico cultural, como um pensador moralmente engajado munido de um amplíssimo leque de conhecimentos humanísticos. O que White nunca abandonou foi a história: ele continua crente na capacidade desta de servir ao presente. Mas ele não crê que essa função possa ser exercida de dentro da universidade – o *locus* por excelência da historiografia profissional. Numa conferência recente, em que declarou-se simpático a “certas ideias pós-modernistas” White sentenciou:

“É verdade que o pós-modernismo é cético em relação aos historiadores profissionais, não apenas porque seu trabalho é enfadonho ou antiquado, mas porque eles são pagos por certos grupos com interesses especiais, o estado, patronos abastados, corporações, a própria universidade. Além disso, seu propósito parece ser evitar que não-profissionais invadam seu terreno, como se o passado fosse uma propriedade imobiliária de acesso exclusivo a acadêmicos profissionais. Finalmente, é possível fazer uma distinção entre um ceticismo metafísico que nega a possibilidade de qualquer tipo de conhecimento e um ceticismo relativo ao tipo de conhecimento produzido por um grupo específico, tal como um clube de acadêmicos profissionais cujos métodos parecem-se com os dos advogados, ou no pior dos casos, com os dos astrólogos, e que ainda assim tentam passar-se pura e simplesmente por 'cientistas'”<sup>125</sup>.

Podemos concluir que White “rendeu-se” ao pós-modernismo? De certa forma, assim como num sentido importante o pós-modernismo rendeu-se a ele. Embora não abra mão de sua tropologia, de seu estruturalismo e de seu formalismo de substrato modernista, White passou a reconhecer no pós-modernismo uma forma de continuar sua rebelião contra a historiografia engessada, cega e inútil. Diremos então que seu pensamento permanece enraizado no modernismo, mais especificamente num tipo de pré-modernismo, ainda inspirado em figuras como Michelet e Tocqueville – mas que como esse último, que se tinha por aristocrata e lamentava as consequências políticas da Revolução Francesa, e que no entanto, por sua sensibilidade histórica, reconheceu a futilidade de continuar preso a um passado e assumiu sua responsabilidade para com o presente,

---

124 Vann, Richard T. Hayden White, *Historian*. In: Ankersmit et al (ed.). *Re-figuring Hayden White*. Stanford University Press, 2009, p. 316.

125 “Pós-modernismo e Historiografia”, conferência ministrada por Hayden White na universidade Ritsumeikan, Japão, 2009. Disponível em: [http://www.ritsumei.ac.jp/acd/gr/gsce/news/200901022\\_repo\\_0-e.htm](http://www.ritsumei.ac.jp/acd/gr/gsce/news/200901022_repo_0-e.htm). Último acesso: 17/11/2013

White não hesitou em reconhecer a “condição pós-moderna” dos tempos atuais e em adequar-se a ela, vendo no pós-modernismo uma nova forma de manter vivos seus interesses fundamentalmente morais. A liberdade positiva – de realizar o potencial individual – depende de uma liberdade negativa, de uma insubmissão à opressão estrutural. Isso White entendeu em sua combinação de horizontes ao mesmo tempo existenciais e marxistas. E enquanto existir opressão estrutural, White julgará necessário resistir: hoje sua simpatia pelo pós-modernismo é uma forma de resistência – e vice-versa.

## REFERÊNCIAS

### Obras Primárias

WHITE, Hayden. *Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth Century Europe*. John Hopkins University Press, 1975.

WHITE, Hayden. *Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism*. John Hopkins University Press, 1978.

### Obras Secundárias

ANKERSMIT, Frank R. Historicismo, Pós-Modernismo e Historiografia. In: MALERBA (org.). *A Escrita da História*, Ed. Contexto, 2006 [1993].

\_\_\_\_\_. Historiografia e Pós-Modernismo. *Topoi*, v. 2, n. 2, 2001 [1989] .

\_\_\_\_\_. White's "New Neo-Kantianism". In: ANKERSMIT et al (ed.). *Re-figuring Hayden White*. Stanford University Press, 2009.

ATKIN, Albert. "Peirce's Theory of Signs". In: Zalta, Edward (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/sum2013/entries/peirce-semiotics>

BARTHES, Roland. The Discourse of History. In: *The Rustle of Language*. University of California Press, 1986 [1967].

BLACKBURN, Simon. *Oxford Dictionary of Philosophy*. Oxford University Press, 1994.

BREISACH, Ernst. *On The Future of History: The Postmodern Challenge and Its Aftermath*. University of Chicago Press, 2003.

CHANDLER, Daniel. *Semiotics: The Basics*. Routledge, 2004.

CLARK, Elizabeth A. *History, Theory, Text: Historians and the Linguistic Turn*. Harvard University Press, 2004.

DOMANSKA, Ewa. *Encounters: Philosophy of History After Postmodernism*. University of Virginia Press, 1998.

\_\_\_\_\_. Hayden White, Academic Teacher. In: ANKERSMIT et al (ed.). *Re-figuring Hayden White*. Stanford University Press, 2009.

\_\_\_\_\_. Hayden White: Beyond Irony. *History and Theory*, vol. 37, no 2, 1998.

CORNELL, Saul. Splitting the Difference: Textualism, Contextualism and Post-Modern History. *American Studies*, v. 36, 1995.

FULBROOK, Mary. *Historical Theory*. Routledge, 2002.

HIMMELFARB, Gertrude. *The New History and the Old: Critical Essays and Reappraisals*. Harvard

University Press, 2004.

LORENZ, Chris. Can Histories Be True? Narrativism, Positivism and the “Metaphorical Turn”. *History and Theory*, v. 37, n. 3, 1998.

JENKINS, Keith. Radical History and Hayden White. In: ANKERSMIT et al (ed). *Re-figuring Hayden White*. Stanford University Press, 2009.

KANSTEINER, Wulf. Hayden White's Critique of the Writing of History. *History and Theory*, v. 32, n. 3, 1993.

KELLNER, Hans. Hayden White. In: GRODON, M.; KREISWIRTH, M. (ed.). *The John Hopkins Guide to Literary Theory and Criticism*. John Hopkins University Press, 2005.

LEMON, M.C. *Philosophy of History*. Routledge, 2003.

LYOTARD, Jean-François. *A Condição Pós-Moderna*. José Olympio Editora, 1988.

MARCELINO, Douglas Attila. A Narrativa Histórica Entre a Vida e o Texto: Apontamentos Sobre Um Amplo Debate. *Topoi*, v. 13, n. 25, 2012.

MUNSLOW, Alun. *Deconstructing History*. Routledge, 1997.

\_\_\_\_\_. *The Routledge Companion to Historical Studies*. Routledge, 2005.

MURPHEY, Murrey. Realism About the Past. In: Tucker, Aviezer (ed.). *A Companion to the Philosophy of History and Historiography*, Blackwell, 2009.

PAUL, Herman. *Hayden White*. Polity Press, 2011.

RICOUER, Paul. *Temps et Récit, 1: L'intrigue et le Récit Historique*. Éditions du Seuil, 1983.

ROGNE, Erland. The Aim of Interpretation is to Create Perplexity in the Face of the Real: Hayden White in Conversation with Erland Rogne. *History and Theory*, v. 48, n. 1, 2009.

RORTY, Richard. *Consequences of Pragmatism*. University of Minnesota Press, 1982.

ROTH, Paul A. History and the Manifest Image: Hayden White as a Philosopher of History. *History and Theory*, v. 52, n. 1, 2013.

SOUTHGATE, Beverley. *Postmodernism in History: Fear or Freedom?* Routledge, 2003.

THOLFSEN, Trygve. Postmodern Theory of History: A Critique. *Memoria y Civilizacion*, v. 2, 1999.

WHITE, Hayden; VANDERSCOFF, Cameron. *Hayden White: Frontiers of Consciousness at UCSC*, 2013. Disponível em: <http://www.escholarship.org/uc/item/20b91099>.

VANN, Richard T. Hayden White, Historian. In: ANKERSMIT et al (ed.). *Re-figuring Hayden White*. Stanford University Press, 2009.

\_\_\_\_\_. The Reception of Hayden White. *History and Theory*. v. 37, n. 2, 1998.

ZAGORIN, Perez. Historiografia e Pós-Modernismo: Reconsiderações. *Topoi*, v. 2, n. 2, 2001 [1990].

ZAMMITO, John. Historians and Philosophy of Historiography. In: TUCKER, Aviezer (ed.). *A Companion to the Philosophy of History and Historiography*. Blackwell, 2009.